

ECONOMIA POLÍTICA *VERSUS* ECONOMIA POSITIVA: PROPOSTA DE UM ANTIMANUAL DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA¹

A economia é uma disciplina ferozmente disputada, por causa do modo como as teorias são usadas nos debates políticos, então ela sempre será um campo de batalha.

Andrew John Mearman²

Resumo

O objetivo específico deste texto é desenhar, em linhas gerais, o conteúdo que deve constar em um *Antimanual de Introdução à Economia*, a partir da perspectiva da Economia Política, o qual, mais do que confrontar as formulações do *mainstream* (Economia Positiva), estimule o estudante a pensar e ir além do senso comum e da aparência imediata dos fenômenos. O Antimanual justifica-se pela necessidade da construção de uma alternativa para contrapor-se ao discurso único que é ministrado ao estudante, como verdade científica absoluta, logo em seu primeiro contato com a Ciência Econômica – através do uso sistemático e generalizado de manuais (Livros-Texto) de Introdução à Economia, que influenciam decisivamente a sua formação.

Palavras chave: Economia Política; Economia Positiva; Manual e Anti Manual de Economia.

Abstract

The main aim of this paper is to describe, in general terms, the content that an Alternative Textbook to Introductory Economics must comprehend from the perspective of Political Economy, which, rather than

LUIZ FILGUEIRAS

Professor Titular da Faculdade de Economia da UFBA. Participante do Grupo de Pesquisa de Economia Política e Desenvolvimento (GEPODE) e do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) da UFBA.

confronting the formulations of the mainstream (the so called Positive Economy), stimulates the students to think, to go beyond the common sense and the immediate appearance of the phenomena. The Alternative Textbook is justified by the need to build an alternative to the orthodox discourse that is taught to the students as an absolute scientific truth in his first contact with the so called Economic Science – through the systematic and generalized use of Introductory Economics Textbooks, which decisively influence their formation.

Keywords: Political Economy; Positive Economy; Manual and Economy Anti-manual.

I. Introdução

Esse texto parte da seguinte constatação: o que mais impressiona no estudo da Teoria Econômica e de seu desenvolvimento é a longevidade do seu paradigma dominante, com a capacidade de reproduzir-se ignorando, total ou parcialmente, tanto evidências empíricas quanto críticas teórico-metodológicas contundentes – antigas ou recentes, gerais ou específicas, de natureza interna ou externa ao paradigma; todas elas, ao final, relacionadas ao seu modo de pensar e tratar a estrutura e dinâmica da economia capitalista.

Essas críticas abrangem pontos relacionados ao seu método e às suas teorias microeconômica, macroeconômica e monetária, além de

suas teorias de desenvolvimento (modelos de crescimento econômico) e de comércio internacional. Adicionalmente, podem ser identificadas críticas aos desdobramentos dessa teoria nas disciplinas ditas aplicadas, com objetos mais específicos, como, por exemplo, Economia do Trabalho, Economia Regional, Economia do Meio Ambiente, Mercado de Capitais, Economia do Setor Público, etc. – todas elas sendo uma espécie de microeconomia e econometria aplicadas.

Diante das críticas, o comportamento típico desse paradigma hegemônico é o de absorver parcialmente algumas delas, quando absolutamente é impossível ignorá-las, mas em geral esvaziando o seu conteúdo mais substantivo, ao subsumi-las ao seu corpo teórico mais geral, compatibilizando-as com seus axiomas fundamentais; ou, em alguns casos, desconsiderá-las, como se nada tivesse acontecido. Exemplos do primeiro comportamento podem ser identificados na aceitação da não neutralidade da moeda na dinâmica macroeconômica (mas, apenas no curto prazo) e na operação de incorporação das expectativas (racionalis) ao comportamento dos

1 Artigo finalizado em 20 de novembro de 2017, com o intuito de sistematizar, de forma didática, o que considero ser a principal fratura teórico-metodológica existente contemporaneamente na Ciência Econômica, que a cinde em duas visões, mais gerais, inconciliáveis.

2 Entrevista publicada na Revista Carta Capital em 31/12/2014, com o título “O ensino de Economia de costas para a realidade”.

agentes econômicos e das instituições à análise do processo de desenvolvimento (POSSAS, 1997). Com relação ao segundo comportamento, pode ser citada a crença (axiomática) na validade da Lei de Say – rejeitada por Marx (2013), Keynes (1983) e Kalecki (1983) – e da Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes, criticada ainda no século XX por Sraffa (1926).

No entanto, após a eclosão da crise geral do capitalismo em 2007, cuja gravidade foi comparada à da crise de 1929 – ambas tendo como epicentro a economia dos Estados Unidos, a partir da qual se difundiram mundialmente –, ficaram cada vez mais evidentes a fragilidade científica da teoria econômica dominante e o seu inacreditável distanciamento do mundo realmente existente.

Hegemônica na academia e referência maior para a formulação de políticas econômicas por parte de quase todos os governos, essa teoria – uma espécie de nova síntese neoclássica, elaborada a partir dos denominados “Novos-Clássicos” e “Novos-Keynesianos”, e vulgarizada como o “Novo Consenso Macroeconômico” (BLANCHARD, 1997; BLINDER, 1997; TAYLOR, 1997; WOODFORD, 2008; RESENDE, 2017)³ – foi apontada, até por economistas do *mainstream* mais críticos, como responsável maior pela perplexidade e incapacidade de quase todos os economistas profissionais em entender e explicar o que estava acontecendo, bem como em buscar saídas para o problema⁴.

A fragilidade e incapacidade dessa teoria padrão, bem como o seu descolamento da realidade, já era bem evidente para os seus críticos – economistas situados no campo da Economia Política – pelo menos desde os fins dos anos 1980. Desde então, assistiu-se a sucessivas crises financeiras localizadas, que prenunciaram a crise geral do capitalismo eclodida em 2007; a sua compreensão e tratamento pela teoria padrão desconsiderou, como parte fundamental do problema, o papel desempenhado pela desregulação dos mercados financeiros e dos fluxos

3 O “Novo Consenso Macroeconômico”, expresso em uma política macroeconômica padrão (controle da dívida pública, política fiscal contracíclica, livre fluxos de capitais internacionais, câmbio flutuante e política monetária com base em metas de inflação administradas por um Banco Central independente), constituiu-se na certeza e segurança dos economistas do *mainstream* de que a Teoria Macroeconômica havia dominado os segredos (a fórmula) para se evitar/contornar a instabilidade, os ciclos econômicos e as grandes flutuações das economias capitalistas; daí terem denominado o período a partir dos anos 1980 até a crise de 2007 de “a grande moderação”: uma nova era do capitalismo e da teoria econômica. (RESENDE, 2013, 2017).

4 Dani Rodrik foi um deles, em artigo publicado no *Jornal Valor Econômico* de 13/03/2009, intitulado “Culpem os economistas, não a economia”. Nele podem ser encontradas as seguintes afirmações: “A macroeconomia pode ser o único campo aplicado na disciplina de economia no qual mais treinamento aumenta a distância entre o especialista e o mundo real, devido à sua dependência de modelos altamente irrealistas, que sacrificam a relevância em favor do rigor técnico”; ou “Foram os economistas os que legitimaram e popularizaram a ideia de que um setor financeiro sem amarras representava um benefício para a sociedade. Eles falavam quase de maneira unânime quando se tratava dos ‘perigos da regulamentação excessiva do governo’. Seu conhecimento técnico – ou o que se assemelhava a isso à época – lhes conferiu uma posição privilegiada de formadores de opinião, bem como acesso aos corredores do poder”; ou ainda “Quando os economistas discordam, o mundo fica exposto a legítimas diferenças de opinião sobre como a economia funciona. É no momento em que eles concordam tanto que o público deve tomar cuidado”.

de capitais, iniciada no começo da década de 1970, com o fim do Acordo de Breton Woods. Os seus modelos “provavam” e assumiam a tese da eficiência dos mercados financeiros autorregulados, assim como “demonstravam” a capacidade de diluição dos riscos sistêmicos dos novos produtos financeiros – os derivativos, dos mais variados tipos (FERRARI FILHO & PAULA, 2008).

O resultado disso foi a total incapacidade de previsão da crise geral por parte dos economistas do *mainstream*, excetuadas raríssimas exceções⁵, apesar dos seus sofisticados modelos matemáticos de gerenciamentos de riscos. Referindo-se à crise, ficou famosa a pergunta feita pela rainha Elizabeth da Inglaterra, em visita à London School of Economics em 2008: “por que ninguém a viu chegar?”.

Mas passado o período mais agudo da crise geral, pode-se observar que o “núcleo duro” do *mainstream* não sofreu qualquer abalo, assim como as suas recomendações de política econômica, conforme evidenciou o tratamento que foi dado à “Crise Soberana” dos países periféricos da Zona do Euro.

De um ponto de vista mais geral, esse texto expressa a insatisfação e o inconformismo intelectual de um professor de economia que trabalha há quase quarenta anos na profissão e que, com o decorrer do tempo, viu o ensino de economia afastar-se cada vez mais da economia capitalista real, aquela que de fato existe e da

qual participamos. Negando suas características mais evidentes, a teoria hegemônica (neoclássica) caminhou em direção à construção de modelos abstratos e a-históricos, que representam *como deveriam ser, e não como são*, a organização e o funcionamento da economia capitalista⁶. Em especial, por serem formulados tendo por referência, principalmente, os países centrais do sistema capitalista, guardam uma relação ainda mais longínqua com as economias capitalistas dos países da periferia⁷.

O seu objetivo específico é desenhar, em linhas gerais, o conteúdo que deve conter um Antimanual de Introdução à Economia, a partir da perspectiva da Economia Política, o qual, mais do que confrontar as formulações do *mainstream* (Economia Positiva), estimule o estudante a pensar e a ir além do senso comum e da aparência imediata dos fenômenos⁸. Não deve ser,

5 Nouriel Roubini (2010) foi um dos poucos que advertiram para a forte possibilidade da crise vir a ocorrer.

6 Nicolau Maquiavel, no início do século XVI, portanto, há mais de 500 anos, já afirmava que, diferentemente dos seus contemporâneos e dos antigos humanistas, iria “tratar a política como ela é, e não como ela deveria ser” ou iria considerar “a verdade efetiva das coisas”. É considerado o fundador ou um dos fundadores da ciência política moderna (2014).

7 Na verdade, esses modelos expressam e revelam mais a forma de pensar e os pré-conceitos de seus autores do que o funcionamento efetivo da economia capitalista.

8 A denominação de Antimanual expressa uma crítica radical aos manuais em geral; portanto, a proposição não é meramente a elaboração de um manual alternativo aos que são típicos do *mainstream*. O seu conteúdo, embora tomando partido da Economia Política, não deve, contudo, esconder ou camuflar as divergências; este é um procedimento típico dos manuais, que deve ser recusado, pois, além de só interessar à teoria hegemônica, não contribui para que o estudante tenha uma formação crítica.

portanto, outro manual, um Manual Alternativo, que apresente/contraponha outros conceitos (outras verdades científicas) também de forma absoluta (outra “narrativa sobre o capitalismo”); ao contrário, deve ter uma perspectiva crítica, que explicita e problematize as dificuldades da teoria econômica em entender e explicar a complexa estrutura e dinâmica da economia capitalista.

Em suma, o Antimanual justifica-se pela necessidade incontornável de se criticar o discurso único que é ministrado ao estudante, enquanto verdade científica absoluta, logo em seu primeiro contato com a Ciência Econômica – através do uso sistemático e generalizado de manuais (Livros-Texto) de Introdução à Economia, que influenciam decisivamente a sua formação.

Embora reconhecendo que essa não é uma tarefa fácil, tendo em vista, nos dias atuais, o cerco político-ideológico ao qual o estudante está submetido, dentro e fora da academia, considero-a prioritária como instrumento na disputa teórico-político-ideológica com o *mainstream*; um esforço que deve ser realizado coletivamente por professores e pesquisadores que militam no campo da Economia Política⁹.

Além dessa Introdução, que é também uma justificativa, esse texto contém mais cinco seções. Na primeira, apresentam-se sinteticamente as principais razões que possibilitam e determinam a hegemonia da Teoria Neoclássica, dentro

e fora da academia. Na segunda, Economia Política *vs.* Economia Positiva, evidencia-se a origem da Economia Política e a fratura que ela sofre a partir do surgimento da chamada “Revolução Marginalista”; além de contrapor, no que se refere aos seus respectivos objetos de estudo e métodos, a Economia Política e a Economia Positiva. Nas duas seções seguintes, sistematizam-se, respectivamente, as visões da Economia Positiva e da Economia Política acerca das principais características e propriedades da economia capitalista. Por fim, no Comentário Final, chama-se atenção para a relação, incontornável, entre ciência e visão social do mundo (LÖWY, 1987).

2. A hegemonia neoclássica

A hegemonia da Economia Positiva (o *mainstream*) na conquista de “corações e mentes” dos estudantes da Ciência Econômica é reconhecida por todos os professores e pesquisadores que

⁹ A proposta de construção de um Antimanual não é, de fato, original; no âmbito internacional, podem ser mencionadas as iniciativas, por exemplo, de Varoufakis (2002) e Bowles et alii (2005). No entanto, a presente proposta não quer “reinventar a pólvora”; ela deve se limitar à explanação e crítica do núcleo teórico central do *mainstream*, apontando os seus problemas mais gerais – do ponto de vista do método, da micro e macroeconomia, da economia internacional e da economia do desenvolvimento. O seu objetivo não é o de reproduzir exaustivamente, com “sinal trocado”, a enorme gama de conceitos e temas que aparecem nos Manuais tradicionais, mas, sim, evidenciar e tornar explícitas as questões fundamentais que estão em disputa nas distintas correntes de pensamento. Além disso, o seu alvo não deverá ser o público em geral, mas, sim, o estudante de economia, procurando atender as suas dificuldades, tal como a percebemos na experiência concreta de ensino.

trabalham na academia, inclusive os militantes e adeptos da Economia Política. As razões para a existência dessa hegemonia estão localizadas tanto no interior quanto fora da academia: vão desde o poder político-midiático do grande capital na sociedade, passando pelo caráter instrumental (e adequado ao senso comum) desse conhecimento, até o controle de instâncias institucionais que contribuem para reproduzi-lo e legitimá-lo internamente à academia: agências de fomentos-avaliação (CAPES e CNPq) e o *ranking* de classificação de revistas e periódicos (*Qualis Periódicos*).

Desse modo, e antes de tudo, a enorme resistência e inércia da Teoria Neoclássica, acompanhada de uma espécie de “autismo intelectual”, decorrem, como foi apontado por Michal Kalecki em discurso na Universidade de Varsóvia em 1964, quando recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* (MIGLIOLI, 2004), de sua “funcionalidade” político-ideológica de defesa e justificativa da sociedade capitalista, caracterizada, segundo esse paradigma, pela harmonia, pelo equilíbrio e pela cooperação, viabilizados pela ação espontânea da “mão invisível”. Algumas das críticas feitas são tão óbvias, que não é possível admitir que bastante moldado pelo paradigma dominante sempre haja, por parte dos adeptos do paradigma neoclássico, apenas uma autoilusão.

Mas, além disso, há um aspecto **prático-metodológico** fundamental que a legitima e reforça a sua aceitação e que não deve ser menosprezado: é o fato de o paradigma neoclássico conceber e apresentar a economia capitalista como algo mecânico (uma máquina), com relações de causa e efeito bem definidas, a partir de observações do mundo sensível e aparente. Essa concepção vai ao encontro da forma vulgar, pré-científica, de apreensão imediata da realidade pelas pessoas, em suas experiências e vivências cotidianas; portanto, legitima um comportamento prévio e espontâneo de conhecimento que está arraigado nos indivíduos em geral.

E, mais do que isso, e coerente com essa perspectiva, a sua natureza (razão) instrumental possibilita a explicação de objetos e a solução de problemas no âmbito fenomênico (aparente), isto é, tal como eles são reconhecidos em termos sensíveis na esfera da circulação; em suma, a teoria neoclássica tem uma utilidade instrumental (em algumas circunstâncias) no âmbito dos fenômenos imediatos em que ela se propõe atuar, expressa na conhecida formulação de ser uma “caixa de ferramentas”.

Para completar, a tradição e a inércia no interior do trabalho acadêmico – este, cada vez mais burocratizado e controlado por imposições institucionais produtivistas, de origem externa à academia, mas, hoje, já amplamente

incorporadas de forma quase que automática e inquestionável pela maioria dos seus membros – tornam a prática da pesquisa e do trabalho científico no interior da “ciência normal”, tal como formulada por Khun (1982), o caminho quase que único trilhado pelos pesquisadores em busca de reconhecimento e prestígio de curto prazo, além, é óbvio, de obtenção de vantagens materiais (bolsas, financiamentos, progressão funcional etc.). Desse modo, as questões mais de fundo, de natureza epistemológica e metodológica, são “varridas para debaixo do tapete”, ficando restritas, normalmente, – quando tratadas nos Cursos de Economia – às disciplinas de Economia Política e História do Pensamento Econômico.

Por fim, há duas razões político-acadêmico-institucionais, aqui consideradas de suma importância, relacionadas ao ensino de economia e à formação do economista, que contribuem para reproduzir a tradição neoclássica e o seu modo de pensar (em boa medida subliminarmente), desde os primeiros contatos do estudante com o campo de conhecimento da Ciência Econômica. A primeira é a prática indiscriminada de uso de Manuais (livros textos) – de Introdução à Economia, Microeconomia, Macroeconomia, Economia Monetária e Economia Internacional, entre outros –, que oferecem ao estudante, de forma acrítica, a visão “fechada” do *mainstream*; quando ele tem acesso a disciplinas mais “abertas”, o seu modo de ver e pensar os

fenômenos econômicos já está bastante moldado pelo paradigma dominante.¹⁰

A segunda razão é que, no interior da academia os concursos de recrutamento para docência e pesquisa –, bem como externamente – nas agências de fomento (financiamento) e de avaliação dos cursos –, o padrão estabelecido, em geral, é o padrão da Economia Positiva, o *mainstream* da profissão.

Em suma, do ponto de vista individual, da formação de um economista/docente/pesquisador, os axiomas e fundamentos básicos da Teoria Neoclássica são incorporados e naturalizados na forma de pensar e tratar os problemas com tal força que, no decorrer dos anos, são esquecidos ou, quando lembrados (de forma crítica), já é tarde demais para mudar.

Por isso, a preocupação específica desse texto é com a razão, que parece menor, mas, na verdade, é decisiva, que influencia na formação do estudante desde o início e de forma direta:

10 A ideia de que o Manual de Economia contém a última palavra da ciência, uma espécie de consolidação didática do estoque de conhecimentos científicos até então produzidos, apoia-se numa concepção linear de desenvolvimento e evolução cumulativa da ciência, na qual os paradigmas e as teorias, ao longo do tempo, vão sendo superados/substituídos por outros mais modernos, com maior capacidade explicativa e preditiva, legitimados pelo consenso constituído no interior da comunidade científica. Mais uma vez, a referência são as ciências naturais, nas quais não se têm, por muito tempo, dois ou mais paradigmas/teorias convivendo/concorrendo simultaneamente. Nessa perspectiva, a História do Pensamento Econômico é a história dos erros cometidos no passado, que ficaram para trás e não foram incorporados ao estoque de conhecimentos hoje aceitos e divulgados – quase uma curiosidade.

refiro-me aos manuais de Introdução à Economia, reforçados por outros manuais nas disciplinas subsequentes, que são indiscriminadamente adotados nos Cursos de Economia. Em particular, a partir dos anos 2000, destaca-se o manual de Gregory Mankiw (2001), extremamente didático e, sem muito pudor, fortemente ideológico. E que conta com a benevolência da inexperiência e boa fé de jovens ávidos por aprenderem “a verdade e a ciência”.

3. Economia Política versus Economia Positiva

A *Economia Política*, como uma ciência singular – distinta da moral, da religião, da ética, da política e do direito –, é um produto direto e genuíno do capitalismo; surgiu na Europa no século XVIII, e ali desenvolveu-se inicialmente, com o intuito de pensar, entender e explicar a natureza e o funcionamento desse modo de produção.

As suas várias escolas de pensamento (mercantilistas, fisiocratas e clássicos), bem como a “Crítica da Economia Política” formulada por Marx¹¹, tinham por objeto de estudo comum – apesar de suas divergências epistemológicas, de método e compreensão – as relações sociais e a forma de produção e distribuição da riqueza no novo modo de produção, que estava substituindo o antigo modo de produção feudal. Em suma, estavam preocupadas com a investigação

da estrutura e dinâmica da economia capitalista (as suas leis de funcionamento), tal como esta então se configurava e se desenvolvia concretamente na Europa.

Mas há uma diferença fundamental entre Marx e essas outras escolas que o precederam: as escolas fisiocrática-clássica compreendem o modo de produção e a sociedade capitalista como sendo uma “ordem natural”, organizada a partir de “leis naturais” eternas, tal como as leis da Física (a lei da gravidade, por exemplo). Daí a defesa do liberalismo econômico por parte dessas escolas; qualquer interferência na dinâmica do sistema econômico, que confronte suas leis naturais, implicará a desorganização dessa ordem natural – impedindo o seu bom funcionamento.

Em sentido contrário, Marx concebe e entende o capitalismo – com suas classes sociais, lutas de classes e relações econômicas específicas – como uma “ordem histórico-social”: tendo sido gestado pelas contradições do modo de produção feudal, tende também, da mesma forma que este, a desaparecer com o seu próprio desenvolvimento. Assim, as leis de funcionamento desse modo de produção são leis histórico-sociais, não sendo, portanto, “naturais nem eternas”. Além disso, enquanto aquelas escolas apreendem as relações sociais por meio de suas manifestações

11 Além desses, fazem parte da Economia Política Schumpeter e os Neo-schumpeterianos, Keynes e os Pós-keynesianos, Kalecki, Sraffa (Neo-ricardianos) e os velhos institucionalistas, entre outros.

(no plano das interações sociais), para Marx, as relações sociais são estruturais – elas conformam os indivíduos e as instituições. Por isso, a teoria do valor marxista é completamente diferente da teoria do valor clássica (Smith e Ricardo), apesar de ambas referirem-se ao trabalho. Daí Marx ter denominado sua obra maior, *O Capital*, com o subtítulo “Uma Crítica da Economia Política”.

Por construir sua teoria a partir da crítica aos economistas clássicos, pode-se considerar Marx como pertencente à tradição da Economia Política e, ao mesmo tempo, compreendê-lo como o seu crítico mais radical. Assim, contemporaneamente, a identificação de Marx com o campo da Economia Política justifica-se, apesar de suas críticas às escolas que o precederam, pelo objeto de estudo comum que demarca esse campo de estudo frente à Economia Positiva, qual seja: as relações sociais e a forma de produção e distribuição da riqueza na sociedade capitalista. Portanto, não se ignora aqui diferenças essenciais existentes entre a concepção de Marx e as demais correntes da Economia Política, inclusive as que surgiram depois dele.

Com o aparecimento, no início da década de 1870, da “escola marginalista” (JEVONS, 1983; MENGER, 1983; e WALRAS, 1983), a Economia Política sofreu uma fratura radical na definição de seu objeto de estudo, bem como na natureza de seu método – em que pese esta escola ter resgatado a concepção naturalista das escolas

fisiocrática-clássicas sobre o capitalismo e, nesse importante aspecto, constituir-se em uma herdeira dessas escolas. Esses autores construíram a fundação de um novo paradigma, sintetizado pela autodenominação mais geral de *Economia Positiva ou Economia Pura*, que expressa o desejo, desde então, de aproximar a ciência econômica das ciências da natureza, em particular a Física¹². Desse modo, o capitalismo, tal como nas escolas anteriores a Marx, mais uma vez, é concebido e entendido como uma “ordem natural” eterna; as suas relações sociais são naturalizadas, dissolvendo-se o seu caráter histórico.

Nesse novo paradigma, o centro da preocupação investigativa da Ciência Econômica deixou de ser as classes e suas relações e passou a ser o indivíduo, mais propriamente o “estudo da ação humana” concebida de forma abstrata, isto é, sem condicionamento histórico-social; desse modo, o objeto de estudo da Economia também se naturaliza: a preocupação não é com a ação humana no capitalismo (um contexto específico), mas com a ação humana em qualquer economia e sociedade (BARBIERI & FEIJÓ, 2013).

A partir de um indivíduo isolado e atomizado,

12 O uso dos termos Economia Positiva ou Economia Pura deve-se a essa razão, tal como reivindicada por esses autores – consciente ou inconscientemente – e conforme a usual separação feita pelos Manuais entre Economia Positiva e Economia Normativa. A teoria neoclássica e suas variantes mais modernas, tanto na microeconomia quanto na macroeconomia, constituem hoje o núcleo duro da Economia Positiva.

apartado da sociedade (uma espécie de Robson Crusoe), a dinâmica da economia capitalista passou a ser derivada do comportamento, do desejo, das escolhas (decisões) e das ações desse indivíduo – idealizado no conceito de “homem econômico racional”, definido abstratamente fora da história e das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista. Coerentemente com essa nova perspectiva, a teoria objetiva do valor-trabalho foi substituída pela teoria subjetiva do valor-utilidade.

Essa concepção, conhecida como “individualismo metodológico” (PAULANI, 2005; BARBIERI & FEIJÓ, *op. cit.*), postula que o conhecimento do “todo” deve partir do conhecimento de suas “partes”, pois estas o antecedem lógica (as partes formam o todo) e temporalmente (as partes vêm antes do todo). Assim, o conhecimento da sociedade e da economia deve, necessariamente, partir do conhecimento do indivíduo típico que as constitui; a sociedade e a economia, suas características e seu funcionamento, decorrem, e expressam num plano mais elevado, do comportamento dos indivíduos e suas relações; elas não possuem características próprias (holísticas) que já não estejam potencialmente presentes nos indivíduos e em seu comportamento. Nem estes, concebidos isoladamente, mudam de natureza quando inseridos na sociedade. Em suma, a sociedade e a economia não apresentam propriedades emergentes, que justifiquem um estatuto teórico próprio; daí a discussão,

na Economia Positiva, sobre os “fundamentos microeconômicos” da macroeconomia, e não, o inverso.

Assim, de uma ciência econômica de caráter histórico-social, do estudo das relações sociais e das leis objetivas de funcionamento e desenvolvimento da economia capitalista (Economia Política), transitou-se para uma espécie de “física social”, o estudo de como os indivíduos, sujeitos a determinadas restrições, alocam (ou devem alocar) recursos escassos que servem a fins e objetivos ilimitados (Economia Positiva) (ROBBINS, 2012). A ciência econômica tornou-se, então, uma “teoria da escolha racional” (o estudo da ação humana), construída abstratamente a partir da idealização axiomática de certo tipo de indivíduo. Mais recentemente, críticas formuladas a partir do interior do próprio campo da Economia Positiva, e a ele limitadas, têm colocado em questão essa racionalidade estrita (SIMON, 1973). As preocupações do ganhador do Prêmio Nobel no presente ano (2017), acerca de como os indivíduos decidem sobre o seu consumo, localizadas no âmbito da denominada Economia Comportamental, têm natureza semelhante e caminha na mesma direção.

Em sentido contrário, a compreensão da economia e da sociedade percebidas como uma realidade que tem características e leis próprias de funcionamento, que não podem ser reduzidas ao comportamento dos indivíduos e tampouco

diretamente dele derivadas, é o ponto de partida da Economia Política. Para esta, a sociedade não é meramente o somatório de indivíduos, assim como a economia capitalista não é apenas o somatório de consumidores e firmas; indivíduos, consumidores e firmas estão imersos (subsumidos) em uma realidade histórico-social que define os limites de sua autonomia e de suas ações, condicionando o seu comportamento (GANEM, FREITAS & MALTA, 2012).

Nessa perspectiva, antes da formulação de fundamentos microeconômicos para a macroeconomia, necessita-se definir e compreender os fundamentos macroeconômicos da microeconomia. O todo e as partes, evidentemente, só existem conjuntamente (coexistem), a sociedade não existe sem indivíduos assim como os indivíduos não existem sem a sociedade ou fora dela; mas, do ponto de vista epistemológico-metodológico, o todo antecede as partes, porque as articula e lhes dá sentido e significado. Além disso, o todo, ao estruturar organicamente as suas partes constitutivas, de certa maneira, constitui sua própria lógica e dinâmica, dando origem a propriedades emergentes que não se encontram nas partes nem derivam diretamente das relações estabelecidas entre elas: o todo não é meramente a soma delas (PRADO, 2011).

Por exemplo: os significados de indivíduo, família, escravidão e outras formas de exploração do trabalho, quando analisados apartados do contexto histórico-social concreto em que se fazem presentes, portanto, fora das relações sociais

que os constituem, perdem substância, transformam-se em conceitos abstratos, definidos aprioristicamente em relação à realidade concreta, efetivamente existente. A escravidão do Sistema Colonial Mercantilista, tal como ocorrida no Brasil e em outros países das Américas, teve um significado e um papel completamente distinto da escravidão do “Mundo Antigo”; ambas só podem ser compreendidas a partir de sua articulação com os distintos modos de produção em que estavam inseridas.

Desse modo, a Economia Política (especialmente a sua corrente marxista), tendo por objeto de estudo as leis de funcionamento e desenvolvimento da economia capitalista, parte, antes de tudo, das relações sociais que estruturam esse tipo de sociedade, em especial dos dois principais tipos de relações que organizam a economia capitalista, quais sejam: 1- a relação capital-trabalho e 2- a relação entre os distintos capitais. A primeira define uma relação assimétrica de subordinação e exploração, constituindo-se no fundamento da luta de classes no capitalismo e do processo de valorização do capital; a segunda define uma relação de competição/concorrência que também é assimétrica, pois há uma hierarquia entre os distintos capitais que se defrontam (pequenos vs. grandes, nacionais vs. internacionais etc.). Em resumo, o poder de influência e decisão dos agentes econômicos é diferenciado.

Para a corrente marxista da Economia Política, o sujeito (automático) fundamental desse tipo de economia é o “capital”, uma forma de riqueza específica, que só tem sentido e pode ser conceituado a partir da relação social estabelecida com o trabalho assalariado. A particularidade dessa forma de riqueza é que, de um lado, ela se alimenta da apropriação do trabalho alheio não pago e, de outro, ela tem que estar em permanente movimento e expansão para que possa existir; ou seja, o capital é um valor em permanente processo de valorização, um valor que se valoriza através da exploração do trabalho assalariado.

Assim, é a acumulação da riqueza pela riqueza, a busca incessante de mais-valor, que dá sentido ao capitalismo e, ao mesmo tempo, funda a lei maior do desenvolvimento desse modo de produção, qual seja: a lei do valor, que nada mais é do que a “lei de valorização do capital”. Portanto, o objetivo fundamental do capital é a sua própria valorização e não a satisfação ou o bem-estar do consumidor, através da produção de bens e serviços. Esta última apresenta-se apenas como meio de atingir esse objetivo maior que é a razão de ser dessa forma específica de riqueza; no limite, a valorização do capital (individual) pode nem passar pelo processo produtivo, quando ela ocorre na esfera estritamente financeira – como é o caso da valorização das ações de uma empresa na bolsa de valores ou da especulação com títulos e derivativos.

Nesse contexto, de necessidade compulsiva de valorização do capital, determinada e impulsionada pela competição entre os distintos capitais, o capitalista é a personificação do capital, é o seu representante. A lei de valorização do capital e outras leis daí derivadas impõem a cada capitalista individual, a partir da concorrência, a obrigação de expandir o seu capital particular, sob a pena de ser varrido da economia; não há escolha. Por isso, nesse âmbito, o verdadeiro sujeito (automático) da economia capitalista é o capital e não, o capitalista; tanto este quanto a força trabalho estão subordinados à lógica mais geral do capital. Mas esta é uma formulação em um nível de abstração elevado, considerando-se fundamentalmente a relação capital-trabalho, a partir da qual se estabelecem as leis gerais de funcionamento do capitalismo.

Num nível mais concreto de observação, que envolve a consideração de mais aspectos e determinações, para além da relação capital-trabalho, a concorrência entre os distintos capitais traz para primeira cena da análise o capitalista; as suas decisões e ações, sempre condicionadas pelo objetivo maior de valorização do capital, interferem nos acontecimentos e nas trajetórias das empresas e da economia. É também aqui, nesse menor nível de abstração, que se pode observar a disputa política (a luta de classes) entre capitalistas e trabalhadores, enquanto sujeitos que influenciam, efetivamente, os rumos da sociedade e da economia.

É a partir dessa perspectiva que a Economia Política enxerga e trata o objeto de estudo da chamada microeconomia, ou seja, a forma como os capitalistas (empresas) individuais tomam decisões com o objetivo de valorizarem seus capitais individuais; o fim e o objetivo último são sempre os mesmos: com dinheiro, fazer mais dinheiro, passando ou não pelo processo produtivo. Nesse campo de estudo, das formas de organização empresarial, encontramos com os Neoschumpeterianos e a Teoria Evolucionária – como herdeiros de Schumpeter (1982), colocam, no centro de suas formulações sobre o capitalismo, o progresso técnico e as inovações *lato senso*.

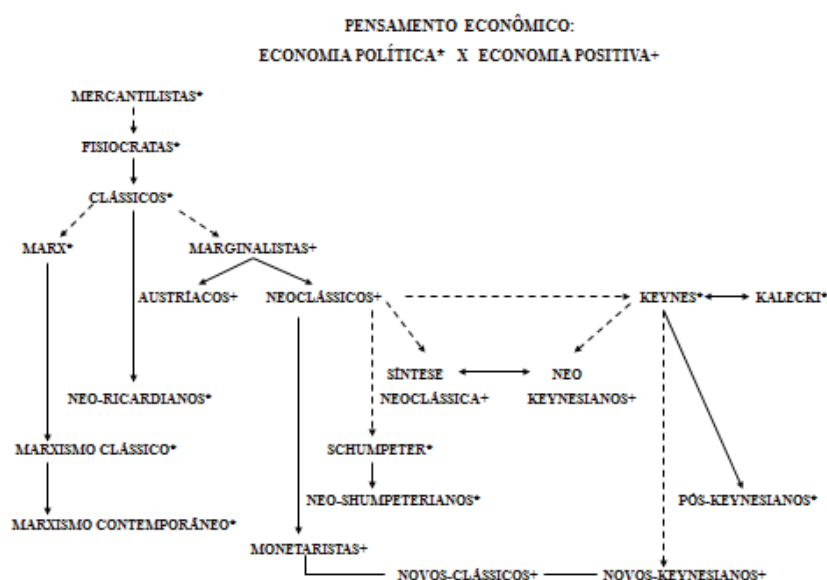
Da mesma forma, do ponto de vista da Economia Política, a análise da dinâmica e da trajetória concretas de uma economia capitalista – objeto de estudo do campo da chamada macroeconomia – também está condicionada, em última instância, pelas características estruturais próprias deste tipo de economia e pela lei de valorização do capital. Aqui nos encontramos com Keynes (1983), Kalecki (1983) e os Pós-keynesianos (MINSKY, 2008; DAVIDSON, 1994, entre outros), que expõem novas determinações no plano da demanda efetiva e das decisões capitalistas (condicionadas pela incerteza e pelas expectativas incertas com relação ao futuro), além de identificarem e analisarem as distintas formas da dinâmica econômica (instabilidade, ciclo, tendência e crise).

Abaixo, propõe-se um diagrama que procura representar e relacionar as principais escolas do pensamento econômico, segundo o seu pertencimento à Economia Política (*) ou à Economia Positiva (+) e de acordo com a ordem cronológica de seu surgimento. Os sinais * ou + estão colocados ao lado de cada escola para identificá-la como pertencente à Economia Política ou à Economia Positiva. As setas cheias e pontilhadas, que unem distintas escolas, procuram evidenciar, respectivamente, uma influência forte ou fraca sofrida pela escola que sucede a imediatamente anterior – apontando para uma continuação ou uma ruptura-superação, parcial ou absoluta. A posição das escolas no diagrama, mais à esquerda ou mais à direita, deve-se à conveniência para a sua construção; isso não se relaciona à posição ocupada por cada uma delas no espectro político-ideológico da Ciência Econômica.

Como toda representação esquemática e sintética, além de eventualmente ter deixado de fora alguma escola de pensamento, esta também tem alguns problemas, dubiedades ou imprecisões, como por exemplo:

1- Marx (e os marxistas), como já mencionado, é participante do campo da Economia Política e,

Quadro 1 – Principais escolas do pensamento econômico



Fonte: elaboração própria

ao mesmo tempo, o seu crítico mais agudo.

2- Os austríacos (MENGER, 1983; MISES, 2010; HAYEK, 2010), embora tendo origem na escola marginalista, tal como os neoclássicos, têm uma concepção de indivíduo (em especial Hayek) distinta do “homem econômico racional” de natureza cartesiana; diferentemente deste, o indivíduo “austríaco” tem um pé na sociedade e não tem capacidade de realizar um cálculo econômico preciso (maximizador) – o futuro é substantivamente incerto e sua capacidade de conhecimento é limitada (PAULANI, op. cit.). Adicionalmente, a formulação dos austríacos é assumidamente influenciada por

certa visão político-social do mundo (PRADO, 2009); diferentemente dos neoclássicos, não tem a pretensão de aproximar a Ciência Econômica das ciências da natureza com o intuito de torná-la absolutamente objetiva e mais científica – em especial com a construção de modelos matemáticos.

4. A Economia Positiva

Esta seção, assim como a próxima, discrimina, com comentários sucintos e de forma incompleta, alguns dos pontos que considero fundamentais no confronto entre a Economia Política e a

Economia Positiva. Contemplando inicialmente esta última, as principais características do capitalismo (a economia de mercado), tal como concebido por ela, e que podem ser identificadas nos *Manuais de Economia*, são as seguintes:

1- A economia capitalista, identificada (e reduzida, na verdade) como “economia de mercado”, é uma realidade harmônica, estruturalmente estável, que, em última instância, tende sempre ao equilíbrio. A “lei de Say” está sempre subjacente, garantindo o perfeito ajuste entre oferta e demanda e entre poupança e investimento. Por isso, os seus modelos macroeconômicos são sempre “modelos de equilíbrio geral”.

2- Essa economia é composta por indivíduos, igualados de forma simétrica como proprietários de fatores de produção, que tomam decisões estritamente racionais procurando maximizar suas utilidades e satisfação. Portanto, esses agentes, com racionalidade substantiva, conhecem previamente todas as alternativas possíveis existentes, assim como os seus custos e retornos futuros. Por isso, em seus “modelos de equilíbrio geral”, a Economia Positiva adota a figura do “agente representativo” e o conceito de “expectativas racionais”. Estas últimas garantem a eficiência dos mercados, em particular os mercados financeiros.

3- Nessa economia, o objetivo da produção, por parte da firma que busca a maximização do

lucro, é a satisfação e o bem-estar dos consumidores; as preferências destes últimos, a sua demanda, garantem-lhes a soberania frente aos produtores e à oferta, que devem se adaptar, passivamente, aos seus desejos.

4- Os indivíduos, proprietários dos “fatores de produção”, recebem de acordo com a sua contribuição ao processo de produção das mercadorias. Portanto, a distribuição de renda é estritamente determinada pelas condições técnicas de produção, de acordo com a função de produção existente. A disputa capital-trabalho, travada no plano político-institucional, não é fundamental para a repartição da renda e da riqueza.

5- A incerteza é igualada a risco; por isso, o futuro pode ser objeto de um cálculo probabilístico, que tem por base a trajetória anterior da economia, não existindo, portanto, a incerteza radical. Por isso, a economia capitalista tem leis determinísticas e sua trajetória é previsível e mesmo reversível. Por fim, não há dependência do presente com relação à trajetória passada da economia, uma vez que o tempo é reversível.

6- O dinheiro não impacta a economia “real” (produção e emprego) no longo prazo (monetaristas) e, em uma versão mais ortodoxa (novo-clássico), nem mesmo no curto prazo; a oferta de moeda definida pelo Banco Central é exógena à atividade econômica e seu impacto duradouro ocorre apenas sobre o nível de preços e demais variáveis nominais.

7- A inflação, durante muito tempo, foi concebida como um fenômeno estritamente monetário, conforme a *Teoria Quantitativa da Moeda* ($MV=PY$): como V (a velocidade de circulação da moeda) e Y (a renda real) são supostos constantes (a economia opera sempre no nível de pleno emprego), o nível de preços (P) é determinado pela quantidade de moeda (M) em circulação. Portanto, a expansão da oferta de moeda afeta apenas a inflação, e não a produção e o emprego; e isso ocorre tanto no longo prazo quanto, em sua vertente mais ortodoxa, no curto prazo. Assim, a política monetária, até os anos 1980, era feita através do controle dos agregados monetários.

8- No entanto, a partir da década de 1990, a administração dos meios de pagamentos, pelos Bancos Centrais (independentes), foi sendo substituída pela política de metas de inflação – que são perseguidas através da fixação da taxa de juros, praticamente o único instrumento de controle da inflação. Com isso, no âmbito da teoria, a *Teoria Quantitativa da Moeda* foi substituída (sem a devida crítica) pelos Modelos *Novo-keynesianos de Equilíbrio Geral*, que assumem que os agentes têm expectativas racionais e nos quais não existem moeda, crédito e sistema financeiro.

9- O desemprego, se o “livre mercado” prevalecer, é sempre voluntário; portanto, a economia está sempre no pleno emprego, ou em seu

entorno, com os ciclos econômicos e as crises sendo entendidos como fenômenos exógenos estocásticos (aleatórios). As economias tendem a ter uma “taxa natural de desemprego” de longo prazo, compatível com o estado de equilíbrio de pleno emprego e inflação controlada, e em torno da qual podem ocorrer flutuações de curto prazo.

10- O mercado de trabalho, no fim das contas, é que determina a dinâmica econômica geral, uma vez que define o nível de emprego da economia e, por consequência, o nível de produção no mercado de bens e serviços – independente da demanda efetiva dos empresários. A “lei de Say” garante que qualquer que seja o nível de emprego e de produção, os produtos daí derivados serão absorvidos em sua totalidade pelo mercado.

11- As políticas econômicas tradicionais (monetária, fiscal e cambial) – o seu conteúdo e a sua forma de operacionalização – são concebidas como instrumentos estritamente técnicos; não há alternativa à ortodoxia macroeconômica, que representa, em cada momento, o estado das artes da teoria. A política econômica, em geral, não expressa nem contempla distintos interesses presentes na sociedade e no interior do Estado; é uma questão que deve ser tratada apenas do ponto de vista técnico e diz respeito exclusivamente aos especialistas – daí a defesa do Banco Central independente.

12- O Estado¹³ constitui-se em um ente que está acima da sociedade, um sujeito externo à economia e aos mercados, cuja função é garantir as regras e instituições que permitam o bom funcionamento de ambos; antes de tudo, garantindo segurança jurídica aos agentes econômicos, em especial o respeito ao direito de propriedade privada e ao cumprimento dos contratos. Além desse papel de fiador das instituições da economia de mercado e de “guardião da moeda”, admite-se, excepcionalmente, sua atuação direta na economia para corrigir eventuais “falhas de mercado”. Em geral, o Estado é visto e concebido como algo contraposto ao mercado, fora do âmbito da produção de bens e serviços e da competição intercapitalista; em suma, um sujeito exterior ao processo de acumulação de capital.

13- As relações internacionais não são assimétricas; o livre-comércio e a livre mobilidade de capitais resultam em vantagens para todos os países participantes, pois difundem novos produtos e possibilitam a transferência de tecnologias e de poupanças financeiras, permitindo o acesso por parte dos países mais atrasados e favorecendo todos os envolvidos nas transações. A condição fundamental para que qualquer país possa se beneficiar nesse “jogo de soma positiva” é, no comércio internacional, observar e explorar as suas vantagens comparativas já estabelecidas e, no plano interno, adotar “boas instituições”, executar reformas pró-mercado e

políticas macroeconômicas “responsáveis” que consigam obter a confiança dos investidores internacionais.

14- O desenvolvimento econômico, tendo por referência o estado alcançado pelos países centrais do sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a meta e o caminho a ser trilhado pelos países periféricos para poderem emparelhar com eles. Esse caminho é concebido como estágios sucessivos (degraus de uma escada) que devem ser ultrapassados, em uma escala que contempla países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos. De um ponto de vista mais geral, a variável fundamental a ser considerada, determinante do desenvolvimento, é o aumento da produtividade. Mas para obter sucesso, os países periféricos devem abrir-se, comercial e financeiramente, para as relações internacionais e o livre-mercado; só assim terão acesso à tecnologia mais moderna e à poupança financeira externa, consideradas essenciais para o seu emparelhamento. Adicionalmente, no plano interno, esses países devem avançar no grau de escolaridade da população e, como já visto anteriormente, adotar “boas instituições”, executar reformas pró-mercado e

13 Os três últimos comentários, sobre o ponto de vista da Economia Positiva – acerca do Estado, das relações internacionais e do desenvolvimento econômico –, estão num plano analítico de menor abstração do que os anteriores, pois incorporam mais determinações na configuração da sociedade e da economia capitalistas. O mesmo vale quando da consideração, mais à frente neste texto, desses mesmos temas a partir do ponto de vista da Economia Política.

políticas macroeconômicas “responsáveis” que consigam obter a confiança dos investidores internacionais. Os países periféricos que assim procederem, mais cedo ou mais tarde, conseguirão alcançar o estágio atingido pelos países desenvolvidos.

5. A Economia Política

E quais são as características fundamentais mais evidentes do modo de produção capitalista, que qualquer teoria que se proponha a explicá-lo deveria respeitar, segundo uma leitura específica da Economia Política contemporânea (aqui adotada), que incorpore, de forma não eclética, as formulações marxistas, neo-schumpeterianas evolucionárias e pós-keynesianas? Podemos listá-las:

1- O modo de produção capitalista, como todos os anteriores, está assentado em duas classes fundamentais, que possuem interesses antagônicos do ponto de vista da produção, apropriação e distribuição da riqueza; no caso específico, capitalistas e trabalhadores assalariados (disfarçados ou não).

2- O fundamento das classes é a existência da propriedade privada dos meios de produção, mais especificamente de seu monopólio por uma parte minoritária da sociedade e que tem, como contrapartida, uma grande maioria que só possui a sua força de trabalho para usar e vender. Portanto, a relação social daí derivada

é estruturalmente assimétrica e, por isso, o poder de decisão dos agentes econômicos é diferenciado.

3- Mas, como já visto anteriormente, o sujeito fundamental (automático) desse modo de produção é o capital, que só pode existir em permanente processo de valorização, através da exploração da força de trabalho. Os capitalistas individuais, como funcionários do capital, estão subsumidos, juntamente com os trabalhadores, à lei de valorização do capital, que subordina todas as suas decisões.

4- Dessa forma, no seu fundamento mais essencial, o modo de produção capitalista não pode ser harmônico nem estável; por um lado, porque ele funciona a partir de uma sociedade partida e profundamente desigual e, por outro, porque não há qualquer coordenação prévia (pré-conciliação) entre as decisões e ações tomadas pelos capitais individuais e inúmeros outros agentes econômicos que participam da economia.

5- Por isso, e pelo fato do tempo ser unidirecional e irreversível, a incerteza com relação ao futuro, com a qual os sujeitos econômicos têm que lidar, é incontornável, não podendo ser ignorada, nem tampouco ser confundida com risco, pois, ao contrário deste, não pode ser calculada. As expectativas são radicalmente incertas, portanto, não se pode supor a existência de “expectativas racionais”, que, ao reduzir

incerteza a risco, apoia-se na crença de que o aprendizado do passado pelos agentes econômicos pode ser projetado probabilisticamente para inferir o futuro.

6- Em razão do desconhecimento do futuro, os agentes não têm a capacidade de calcular e comparar benefícios ex-post resultantes da existência de decisões alternativas no presente; portanto, eles não podem, através de um cálculo de custo e benefício, maximizarem suas utilidades e satisfação previamente. Portanto, a racionalidade e o comportamento desses agentes estão muito distantes do chamado “homem econômico racional”.

7- Essa “anarquia da produção”, intrínseca ao modo de produção capitalista, possui uma ordem subjacente, que se expressa objetivamente através de certas leis tendenciais (contraditórias e não determinísticas) que, ao fim e ao cabo, apontam para a existência de flutuações da atividade econômica (produção e emprego) e crises cíclicas. Portanto, a instabilidade, os ciclos e as crises são fenômenos endógenos ao capitalismo, próprios de seu funcionamento.

8- Diferentemente de todos os modos de produção anteriores, o capitalismo constitui-se em uma imensa produção de mercadorias para a troca, transformando tudo em mercadoria, inclusive a terra, o dinheiro e a força de trabalho. Não é qualquer “Economia de Mercado”: a produção de mercadorias e as trocas estão

subordinadas à valorização do capital; para este, o objetivo final não é a obtenção do valor de uso, mas, sim, o próprio valor de troca expresso em determinado montante de dinheiro (a forma mais abstrata da riqueza).

9- O dinheiro, uma das características constitutivas essenciais do capitalismo, é a forma como se expressa (aparece) o valor das mercadorias; a sua função primeira é a de “medida de valores”. No plano da dinâmica concreta da economia capitalista, ele não pode ser ignorado de modo algum; o seu uso não é neutro em nenhum horizonte de tempo, pois tem impacto sobre as atividades econômicas, a produção e o emprego. A sua criação – e quantidade – é um fenômeno endógeno à economia e à acumulação de capital, não é algo discricionário ou ao livre-arbítrio do Banco Central. Em suma, não se pode separar a economia, de forma estanque, em “economia real” de um lado, e “economia monetária” de outro. O dinheiro é tão “real” quanto qualquer outra mercadoria.

10- A inflação, embora se expresse monetariamente, não é um fenômeno estritamente monetário, determinada pela quantidade de moeda em circulação, emitida e controlada pelo Banco Central, conforme a “Teoria Quantitativa da Moeda” ($MV=PY$). Essa identidade não implica em uma relação de causalidade, que vai da quantidade de moeda (M) para os preços (P); a causalidade pode ser inversa, isto é, pode ir dos

preços para a quantidade de moeda. Portanto, existem inúmeras circunstâncias que podem determinar a elevação dos preços, e esta, por sua vez, pressionar por um aumento da quantidade de moeda em circulação.

11- A “oferta não gera a sua própria demanda”, como postula a “Lei de Say”, incorporada ao paradigma da Economia Positiva. Tudo que é produzido em uma economia capitalista, em um determinado momento, não tem garantia de poder ser vendido na sequência. A “demanda efetiva” não decorre automaticamente da produção e da oferta; o futuro não pode ser controlado e previsto de forma precisa e, em geral, nem mesmo de forma probabilística. Por isso, o mercado de trabalho tem sua dinâmica condicionada pelo mercado de bens e serviços (pela demanda efetiva) e não o inverso.

12- A capacidade ociosa não desejada e o “desemprego involuntário”, expresso na existência permanente de um “exército industrial de reserva”, são, portanto, fenômenos constitutivos desse modo de produção, não podendo, como regra, ser eliminados, apesar da invenção do conceito canhestro de “desemprego voluntário”, que está na base da macroeconomia da Economia Positiva.

13- As políticas econômicas tradicionais (monetária, fiscal e cambial) – o seu conteúdo e a sua forma de operacionalização – expressam, em cada momento, no interior do Estado, os interesses específicos de classes e frações de classe

em disputa. Elas podem, em alguma medida, afetar os rumos da economia capitalista, tanto no que diz respeito ao nível de preços, quanto à produção e ao emprego, mas não podem acabar com a instabilidade, os ciclos econômicos e as crises desse modo de produção.

14- O Estado não é um ente apartado da sociedade e do mercado, nem está acima deles; ele é produto político da luta de classes que estrutura a sociedade capitalista e constitui-se, ao mesmo tempo, em um espaço de disputa entre os distintos interesses das classes e frações de classe, assim como em um aparelho de dominação, controle e coerção das classes dominantes sobre a sociedade. Diante da luta de classes, o Estado impõe a unidade das classes, seja por meio das normas, seja por meio da violência; é ele que impede que as contradições do capitalismo não explodam na luta aberta de todos contra todos. O modo de produção capitalista tem sua origem associada ao Estado-nação, que além de criar e circunscrever os seus mercados e participar do processo de acumulação de capital, garante a institucionalidade (regras) necessária ao funcionamento da sociedade e da economia – a começar pela propriedade privada dos meios de produção. Portanto, o Estado é elemento constitutivo do capitalismo e dos mercados; a questão relevante não é se ele deve ou não intervir na economia, como se houvesse uma ação de fora para dentro e fosse possível essa escolha, mas, sim, como se apresentam, no

processo de acumulação, em cada caso particular, as relações entre as classes na sociedade civil e no interior do Estado, bem como entre poder político e poder econômico – é isso que determina a forma, a natureza e o conteúdo da permanente e inevitável “intervenção” do Estado em toda e qualquer economia capitalista.

15- As relações internacionais (políticas, comerciais, financeiras e produtivas) estabelecidas entre Estados-nação ocorrem, historicamente, a partir de certa divisão internacional do trabalho – definida e comandada pelos Estados hegemônicos, em cada momento, e que hierarquiza os países segundo o seu poder político e econômico. Desse modo, tanto a mutante divisão internacional do trabalho quanto as relações internacionais estabelecidas nesse contexto são, por definição, assimétricas. Poder militar, tecnológico, monetário-financeiro e cultural discriminam os países e definem o lugar que cada um ocupa no sistema capitalista mundial; em particular, distinguem países do núcleo central do sistema (imperialistas) e países periféricos (dependentes). Portanto, livre-comércio ou livre-mercado são construções político-ideológicas que podem assumir, em cada momento, formas distintas – como, por exemplo, a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo – ou, simplesmente, serem absolutamente negadas, como no caso do atual Regime de Propriedade Intelectual, instituído pelo Estado e pelos grandes capitais dos EUA e imposto ao resto do mundo.

16- O desenvolvimento econômico, mais precisamente o desenvolvimento capitalista, é um processo permanente, e não um ponto de chegada, para o qual todos os países se dirigem. Esse desenvolvimento, em qualquer país, não é um resultado espontâneo, e inexorável, do livre funcionamento dos mercados – seja no interior da nação ou na esfera do comércio internacional. Em particular, os países periféricos não sairão de sua condição de inferioridade a partir do livre comércio internacional e da livre mobilidade de capitais. As vantagens competitivas das nações devem ser construídas politicamente, não surgem natural ou espontaneamente, como evidenciam todos os exemplos históricos relevantes: Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e, mais recentemente, Coreia do Sul e China. A condição central para que isso ocorra está na capacidade do Estado-nação elaborar e executar políticas econômicas, com a articulação entre Estado-capital e a criação de instrumentos apropriados de política tecnológica, industrial, comercial e financeira.

6. Comentário final

A grande crise geral do capitalismo eclodida a partir de 2007-2008 colocou em xeque, mais uma vez, as contradições desse modo de produção, evidenciando, ao mesmo tempo, as

limitações da “objetividade científica” reivindicada pelas interpretações positivistas. Todavia, passados quase dez anos da eclosão da crise, as verdades oferecidas aos estudantes pelos Manuais de Introdução à Economia continuam as mesmas, assim como os argumentos que as justificam.

A resistência do *mainstream* às críticas e às evidências empíricas está associada a uma questão fundamental, que é importante destacar, qual seja: as divergências dos dois grandes campos da ciência econômica (Economia Política vs. Economia Positiva) não decorrem simplesmente de concepções científicas diferentes. E aqui está outra distinção essencial entre ambas: para a Economia Política, ao contrário da Economia Positiva, é impossível construir uma ciência social “pura”, livre de “pré-conceitos” (valores prévios) e independente de uma “visão social do mundo” mais abrangente, mesmo que o sujeito do conhecimento, em geral, não tenha consciência desse condicionamento quando de suas formulações teóricas.

Portanto, a inserção social e política do sujeito do conhecimento circunscreve a sua percepção e compreensão da economia capitalista, tornando-o mais receptivo a esta ou àquela corrente do pensamento econômico, e mesmo turvando e limitando a sua visão sobre a realidade, quando esta insiste em desmentir as suas crenças mais arraigadas. A análise comparativa

aqui apresentada, entre Economia Política e Economia Positiva, está marcada e subsumida por certa visão social do mundo; o seu conteúdo não é, de forma alguma, “cientificamente puro” ou neutro.

Em resumo: a condição para que haja um bom debate entre esses dois campos, e para que o estudo e o aprendizado da ciência econômica possam caminhar de forma crítica e transparente, é reconhecer essa especificidade das ciências sociais, inclusive a Ciência Econômica. Tentar aproximar esta última das ciências naturais, em particular da objetividade e do método destas – em especial com uma formalização matemática cada vez mais complexa –, não a faz mais científica; ao contrário, tende a torná-la mais obscura, uma caricatura, com escassa aderência à realidade e relevância cada vez menor para o entendimento da economia capitalista – apesar da autoconfiança e, até mesmo, da arrogância do *mainstream*, fechado em torno de si mesmo em uma espécie de autismo intelectual.

Bibliografia

- BARBIERI, Fabio & FEIJÓ, Ricardo Luiz Chaves. *Metodologia no pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas*. São Paulo: Atlas, 2013.
- BLANCHARD, O. J. "Is there a core of usable macroeconomics?", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp. 244-246, May 1997.
- BLINDER, A. S. "Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp.240-243, May 1997.
- BOWLES, Samuel; EDWARDS, Richard & ROOSEVELT, Frank. *Understanding Capitalism: Competition, Command, and Change*. OUP Catalogue, Oxford University Press, edition 3, number 9780195138658.
- DAVIDSON, Paul. *Post keynesian macroeconomic theory*. USA-Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1994.
- FERRARI FILHO, Fernando & PAULA, Luiz Fernando de (orgs.). *Dossiê da Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, 2008. Disponível em <http://www.akb.org.br/dossies.php>
- GANEM, Angela; FREITAS, Fabio & MALTA, Maria Mello de (Orgs.). *Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- JEVONS, Stanley. *A teoria da economia política*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KHUN, Thomas S. *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MANKIWI, Gregory. *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, 2014, 2017.
- MEARMAN, John Mearman. "O ensino de Economia de costas para a realidade". Entrevista publicada na *Revista Carta Capital* em 31-12-2014.
- MENGER, Karl. *Princípios de economia política*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINSKY, Hyman. *Stabilizing an unstable Economy*. USA: McGraw-Hill, 2008.
- MISES, Ludwig von. *Ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005
- POSSAS, Mario. "A cheia do Mainstream", *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia - UFRJ, n. 1, pp. 13-58, janeiro-junho de 1997.
- PRADO, Eleutério. "Da ordem natural à ordem moral". In: *Economia, complexidade e dialética*. São Paulo: Plêiade, 2009.
- _____. "Emergência da emergência". In: *Complexidade e práxis*. São Paulo: Plêiade, 2011.
- RESENDE, André Lara. "Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica"; "Os rumos do capitalismo". In: *Os limites do possível: a economia além da conjuntura*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013.
- _____. "A teoria monetária: reflexões sobre um percurso inconclusivo"; "Conclusão: formalismo e ortodoxia". In: *Juros, Moeda e Ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2017.
- RODRIG, Dani. "Culpem os economistas, não a economia". *Jornal Valor Econômico*, 13/03/2009.
- ROBBINS, Lionel. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SIMON, Herbert S. *Da racionalidade substantiva à racionalidade procedural*. Disponível em <http://www.mcxapc.org>. Les introuvables en langue française de H. A. Simon (Document nº 5).
- SRAFFA, Piero. "The laws of returns under competitions". *Economic Journal*, dec., 1926.
- TAYLOR, J. "A core of practical macroeconomics", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp.233-235, May 1997.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Foundations of economics*. Taylor & Francis e.libray, 2002.
- WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WOODFORD, R. *Revolution and evolution: elements of the new synthesis*. Columbia University, 2008.